

# IMPREVISIBILIDADE E INVESTIMENTO PARENTAL EM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS: UM ENFOQUE EVOLUCIONISTA<sup>1</sup>

## *UNPREDICTABILITY AND PARENTAL INVESTMENT IN CHILDREN WITH DISABILITIES: AN EVOLUTIONARY PERSPECTIVE*

Crystian Moraes Silva GOMES<sup>2</sup>  
Kellen Valladão SCHIAVO<sup>3</sup>  
Loyane Fassarella GASPARINI<sup>4</sup>  
Rosana Suemi TOKUMARU<sup>5</sup>

**RESUMO:** A teoria do investimento parental prevê a diminuição do investimento quando a criança apresenta baixo potencial reprodutivo e há baixa disponibilidade de recursos parentais. Nesse contexto, o cuidado de crianças com deficiências pode representar um dilema para os pais. Este estudo investigou as relações entre a imprevisibilidade familiar e ambiental na infância dos pais e o investimento parental na vida adulta em filhos com deficiências. Trata-se de um estudo descritivo, transversal e quantitativo. Familiares de 124 crianças com deficiência responderam ao Questionário Socioeconômico, ao Critério de Classificação Econômica Brasil, ao Questionário de Imprevisibilidade Ambiental na Infância, à Escala de Imprevisibilidade Familiar na Infância (EIFI) e à Escala de Investimento Parental (EIP). Os resultados indicam que, de forma geral, crianças com deficiências receberam altos níveis de investimento parental, possivelmente devido às características socioeconômicas da amostra. Maior imprevisibilidade ambiental na infância dos pais associou-se a menor investimento nos cuidados com os filhos, além da influência do tipo de deficiência e do sexo da criança. Não foram encontradas correlações entre a EIFI e a EIP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Investimento parental. Imprevisibilidade. Criança. Deficiência. Parentalidade.

**ABSTRACT:** The parental investment theory predicts decreased investment when the child has low reproductive potential and parental resources are scarce. In this context, caring for children with disabilities may pose a dilemma for parents. This study investigated the relationships between family and environmental unpredictability during parents' childhood and parental investment during adulthood for children with disabilities. This is a descriptive, cross-sectional, and quantitative study. Family members of 124 children with disabilities answered the Socioeconomic Questionnaire, the Brazilian Economic Classification Criterion, the Childhood Environmental Unpredictability Questionnaire, the Scale of Family Unpredictability during Childhood (EIFI, acronym in Portuguese), and the Parental Investment Scale (EIP, acronym in Portuguese). The results indicate that, in general, children with disabilities received high levels of parental investment, possibly due to the socioeconomic characteristics of the sample. Greater environmental unpredictability during parents' childhood was associated with lower childcare investment, along with the influence of the type of disability and the child's sex. No correlations were found between the EIFI and the EIP.

**KEYWORDS:** Parental Investment. Unpredictability. Child. Disability. Parenthood.

## 1 INTRODUÇÃO

Na espécie humana, o investimento parental na prole é crucial para assegurar a sobrevivência durante a infância, dada a natureza altricial do recém-nascido. Esse caráter altricial resulta de um período gestacional relativamente curto na espécie humana, da imaturidade dos sistemas sensoriais ao nascer e da necessidade direta de cuidados para alimentação e termorre-

<sup>1</sup> <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0181>

<sup>2</sup> Terapeuta Ocupacional. Doutor em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória/Espírito Santo/Brasil. E-mail: [crystian\\_salazar@hotmail.com](mailto:crystian_salazar@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0675-0868>

<sup>3</sup> Terapeuta Ocupacional. Mestre em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória/Espírito Santo/Brasil. E-mail: [kellenvalladaos@gmail.com](mailto:kellenvalladaos@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9608-3001>

<sup>4</sup> Psicóloga. Mestre em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória/Espírito Santo/Brasil. E-mail: [lofassarella@hotmail.com](mailto:lofassarella@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8004-246X>

<sup>5</sup> Docente. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória/Espírito Santo/Brasil. E-mail: [suemitokumaru@gmail.com](mailto:suemitokumaru@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2859-4114>

gulação, tornando a prole completamente dependente dos genitores (Moura & Ribas, 2009; Prado & Vieira, 2003; Tokumaru, Defelipe et al., 2018).

O Investimento Parental – IP (Trivers, 1972) é um conceito que descreve os recursos e esforços que os pais dedicam à sua prole, com o intuito de aumentar suas próprias chances de sucesso reprodutivo a partir da sobrevivência e reprodução da prole. Esse investimento pode incluir cuidados, proteção, provisão de alimentos, educação e outros recursos necessários para garantir o desenvolvimento e a adaptação bem-sucedida dos filhos ao ambiente em que vivem. Assim, a partir do conceito de IP, propõe-se que o investimento na prole varie em função da relação entre os custos do cuidado para os pais e os benefícios para a prole e, conseqüentemente, para o aumento do sucesso reprodutivo parental. Prevê-se, a partir do conceito, que múltiplos fatores influenciem a relação entre os custos e os benefícios do IP, dentre eles as características das crianças e os recursos disponíveis para o IP.

De acordo com o modelo aditivo do IP, esses fatores têm, por um lado, um efeito linear nas decisões parentais sobre o investimento, ou seja, o IP tende a aumentar em função do aumento no potencial reprodutivo da criança e dos recursos disponíveis para os pais. Por outro lado, de acordo com o modelo contingente do IP, as decisões parentais são moldadas pela avaliação dinâmica das condições do ambiente e das características individuais da prole (Beaulieu & Bugental, 2008; Bugental & Beaulieu, 2003). De acordo com esse modelo, prevê-se que, com o aumento da disponibilidade de recursos, os pais tenderiam a investir mais, ainda que a prole apresentasse baixo potencial reprodutivo, já que não haveria prejuízo para o investimento em outra prole com alto potencial. Entretanto, com a diminuição da disponibilidade de recursos, o investimento seria dirigido preferencialmente para a prole com alto potencial reprodutivo. Essa última previsão é comum para os dois modelos de IP.

A saúde da criança tem sido utilizada como um dos indicadores do potencial reprodutivo da prole (Bugental et al., 2010). O IP em crianças com deficiências e/ou atípicas é um tema crucial, respaldado por evidências internacionais, especialmente em relação à influência materna na saúde infantil (Bugental et al., 2010; Hahn et al., 2024; Kee, 2023; Mann, 1992). Apesar da importância, os estudos nacionais são limitados, destacando-se a pesquisa de Amparo Sobrinho (2010) sobre mães de crianças com Síndrome de Down. Seu estudo revelou uma dinâmica complexa, observando uma diminuição nos cuidados físicos maternos à medida que os custos aumentavam, evidenciando uma distribuição desigual de responsabilidades na família. Outro estudo nacional relevante, conduzido por Gomes (2008), explorou fatores biológicos e contextuais no IP de mães de crianças com deficiências neurológicas. Os resultados indicaram que o prognóstico cognitivo da criança, a escolaridade materna e o número de filhos influenciavam o envolvimento materno.

As deficiências são condições inerentes à vida humana e, ao longo do tempo, têm apresentado maior ocorrência em diversos grupos populacionais, correlacionando-se com o aumento da longevidade (Oliveira, 2012). A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), ferramenta da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003), conceitua deficiência como problemas nas funções ou estruturas do corpo, como alterações importantes ou perdas, representando um desvio em relação ao estado biomédico normal/padrão.

A partir dessa definição, compreende-se funcionalidade e deficiência como uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais, incluindo aspectos pessoais e ambientais.

A imprevisibilidade ambiental, também chamada de incerteza ambiental ou percepção de imprevisibilidade ambiental, refere-se à incerteza ou dificuldade em prever com precisão as condições futuras do ambiente (Ross & Hill, 2002). Esse conceito é relevante ao se analisar o comportamento humano e as estratégias de IP. Ambientes imprevisíveis apresentam mudanças inesperadas e flutuações nas condições que podem afetar a disponibilidade de recursos necessários para a sobrevivência e reprodução. A percepção da imprevisibilidade ambiental na infância antecipa um modelo mental que influencia o comportamento individual em vários contextos, incluindo a tomada de decisões na vida adulta (Howat-Rodrigues et al., 2012). Em termos de IP, a imprevisibilidade ambiental pode influenciar as decisões dos pais sobre quanto investir em seus filhos. Os ambientes que apresentam maiores níveis de imprevisibilidade tendem a aumentar a probabilidade de os pais terem custos mais elevados, pois podem perceber escassez de recursos para garantir a sobrevivência deles e de seus respectivos filhos (Tokumaru et al., 2011).

Já a imprevisibilidade familiar, segundo Ross e Hill (2000), refere-se ao nível de inconsistência no comportamento dos pais no fornecimento de cuidados aos filhos, como a promoção da satisfação das necessidades básicas e a manutenção dos sistemas de regras estabelecidos para a criança. Essa falta de previsibilidade na forma como os pais desempenham essas funções pode impactar a criança e influenciar seu desenvolvimento. A imprevisibilidade ambiental e familiar, bem como as diferenças na qualidade e quantidade do IP recebido na infância dos pais, influenciam as estratégias de cuidado destinadas à prole na vida adulta (Belsky et al., 1991; Davis & Werre, 2008). Resultados de Szepsenwol et al. (2015) indicaram que pais, tanto homens quanto mulheres, que experimentaram ambientes imprevisíveis dos 0 aos 4 anos de idade, tenderam a investir menos em seus filhos, apresentando baixos índices de orientação parental positiva e menor apoio parental. Em outro estudo, Szepsenwol et al. (2022) apresentaram resultados que deram suporte para a compreensão de como as experiências passadas podem moldar as relações parentais e a colaboração nos cuidados entre pais com os futuros filhos.

Apesar da complexidade do IP em crianças com deficiências, a ausência de avaliação das percepções sobre a imprevisibilidade ambiental e familiar é evidente, o que pode desempenhar um papel crucial nas estratégias de IP. Assim, compreender como as experiências de imprevisibilidade na infância dos pais influenciam suas abordagens de cuidado para com as crianças com deficiência é fundamental. Nesse contexto, o presente estudo visa investigar as relações entre a imprevisibilidade familiar e ambiental na infância dos pais e o IP na vida adulta nos filhos com deficiências.

## 2 MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo exploratório, quantitativo do tipo transversal, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), recebendo o Parecer de número 63286822.6.0000.5542. Todas as etapas da pesquisa seguiram as orientações da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

## 2.1 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo familiares de crianças com deficiências, da região metropolitana do Espírito Santo. Os critérios de inclusão no estudo foram ser pai e/ou mãe biológico e/ou adotivo de crianças com alguma deficiência, estar disponível para o estudo e de acordo com as exigências da pesquisa. Adotou-se como critério de exclusão a participação de outros familiares e a indisponibilidade para contribuir com o estudo. O tamanho mínimo da amostra necessário (48 participantes) foi calculado com o *software G-Power* (Faul et al., 2007).

## 2.2 INSTRUMENTOS

Questionário sociodemográfico: os participantes responderam a perguntas sobre si próprios, como cidade e local de moradia, parentesco com a criança, estrutura do núcleo familiar e coabitação (por exemplo: idade da mãe no nascimento do primeiro filho, número de filhos, idade, sexo e tipo de deficiência da criança-foco).

Critério de Classificação Econômica Brasil: instrumento desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2016), composto por perguntas sobre posse de bens de consumo, grau de escolaridade e acesso a serviços públicos para classificação econômica. A soma da pontuação é usada para classificar os respondentes em classes econômicas que vão de A (45-100 pontos) a D-E (0-16 pontos).

Questionário de Imprevisibilidade Ambiental na Infância: esse instrumento foi construído especificamente para esta pesquisa, no intuito de avaliar a imprevisibilidade ambiental na infância dos pais. Foi composto por cinco perguntas sobre os relacionamentos dos pais/cuidadores durante a infância, separação familiar e troca de parceiros, com quem passou a maior parte da infância, se os pais ficavam frequentemente desempregados e se, durante a infância, moravam com alguma pessoa diagnosticada com doenças graves. Pontuado de forma dicotômica (não = 0 e sim = 1), a soma dos itens foi utilizada para analisar o grau de imprevisibilidade ambiental na infância dos pais/participantes da pesquisa. Esse instrumento apresentou coeficiente alfa de Cronbach de 0,67.

Escala de Imprevisibilidade Familiar na Infância (EIFI): construída e validada para a população brasileira por Howat-Rodrigues e Tokumaru (2014), é um instrumento para mensuração da imprevisibilidade familiar na infância. São exemplos de itens: “Eu sabia que minha família estaria lá para cuidar de mim” e “Quando eu era criança, minha família nunca tinha certeza de como pagaríamos as contas do mês”. A EIFI tem caráter autoaplicável ou pode ser aplicada por meio de entrevista, dependendo da escolaridade do participante. Os itens são avaliados em escala Likert de 5 pontos (1 = Discordo Totalmente; 2 = Discordo em parte; 3 = Indiferente; 4 = Concordo em parte; e 5 = Concordo Totalmente). O coeficiente alfa de Cronbach das três dimensões variou de 0,85 (cuidado), 0,79 (recursos financeiros) e 0,80 (alimentação).

Escala de Investimento Parental (EIP): instrumento de avaliação da frequência dos comportamentos de investimento que os pais realizam em seus filhos. Os estudos iniciais de validação foram desenvolvidos por Silva (2015). A EIP avalia o IP em três dimensões: (I) Investimento Parental em Cuidado e Afeto ( $\alpha=0,92$ ), referente ao cuidado com o bem-estar físico e afetivo, alimentação, segurança, saúde e educação da criança; (II) Investimento Parental

em Convívio ( $\alpha=0,85$ ), correspondente ao convívio familiar e social da criança e ao estímulo de brincadeiras; e (III) Investimento em Valores e Disciplina ( $\alpha=0,85$ ), concernente aos investimentos em disciplina e valores morais da criança. As respostas são dadas em uma escala do tipo Likert de cinco pontos (1 = nunca; 2 = raramente; 3 = às vezes; 4 = quase sempre; 5 = sempre), e o participante tem a opção de resposta “não se aplica”, caso a atividade de cuidado não se aplique à sua criança mais nova. O instrumento é composto por 63 itens, respondidos a partir da avaliação do cuidador sobre o quanto participa das atividades de cuidado com o filho, independentemente da idade atual da criança. São exemplos de itens: “Cuidar para que a criança durma e descanse”; “Ensinar o que é certo e errado” e “Preocupar-se em evitar conflitos familiares diante da criança”.

### 2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os participantes foram convidados a colaborar com a pesquisa por meio de mensagens de texto enviadas por redes sociais, pessoalmente e por meio de cartazes de divulgação fixados nas instalações de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) da região metropolitana do Estado do Espírito Santo. A coleta de dados ocorreu por intermédio de duas estratégias: entrevista nas instituições ou preenchimento de formulário eletrônico, via *Google Forms*.

A partir do interesse e da concordância dos familiares em participar do estudo, os pesquisadores agendavam uma entrevista nas instituições e/ou disponibilizavam o *link* para acesso ao formulário eletrônico. Os participantes desta pesquisa foram avaliados por meio da administração de questionários e avaliações padronizadas. Antes de iniciar o procedimento de coleta de dados, os participantes receberam os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados entre setembro e dezembro de 2022.

### 2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, foram empregadas técnicas de análises estatísticas descritivas com índices de frequência, tendência central (média) e dispersão (desvio padrão) para a caracterização da amostra. Os dados não apresentaram pressupostos de normalidade, sendo empregadas técnicas estatísticas não paramétricas. A confiabilidade das escalas para a população-alvo deste estudo foi analisada por meio do coeficiente alfa de Cronbach e do Ômega de McDonald de cada instrumento e seus respectivos fatores.

Para as análises de correlação entre as variáveis, foi utilizado o coeficiente de correlação de Spearman ( $\rho$ ). As correlações foram classificadas como: muito fraca, de 0,00 a 0,19; fraca, de 0,20 a 0,39; moderada, de 0,40 a 0,59; forte, de 0,60 a 0,79; e muito forte, de 0,80 a 1,00 (Cohen, 1988). Comparações entre grupos em relação aos diferentes tipos de deficiência foram realizadas por meio do Teste U de Mann-Whitney. As análises foram realizadas utilizando o programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 23.0. Os cálculos do coeficiente alfa de Cronbach e do Ômega de McDonald foram desenvolvidos no *software* Jamovi. O nível de significância adotado neste estudo foi  $p < 0,05$ .

### 3 RESULTADOS

A amostra foi constituída por 124 participantes, sendo 58,8% por meio de formulário eletrônico (n = 73) e 41,8% por entrevista presencial (n = 51). O predomínio foi do sexo feminino, no papel parental de mãe, com idade média de 39 anos, pertencentes a classes econômicas diversificadas, com maior expressividade nas classes A e C1. A maioria declarou viver em famílias nucleares e teve o primeiro filho com idade média de 26 anos. Sobre os filhos com deficiência, 58,6% eram do sexo masculino, com idade média de 7,6 anos. Esses dados são apresentados de forma detalhada na Tabela 1.

**Tabela 1**

*Características dos familiares e suas crianças*

Característica	Descrição	M (DP) ou N (%)
Parentesco	Mãe	118 (95,2)
	Pai	6 (5,2)
Sexo do familiar	Feminino	118 (95,2)
	Masculino	6 (5,2)
Estado civil	Casada	87 (70,2)
	Solteira	12 (12,9)
	Divorciada	15 (12,1)
	Viúva	5 (4,0)
CCEB	A	34 (27,2)
	B1	21 (16,9)
	B2	23 (18,5)
	C1	29 (23,4)
	C2	11 (8,9)
	D-E	6 (4,8)
Quantidade de filhos	1	55 (44,4)
	2	48 (38,7)
	3	15 (12,1)
	4	6 (4,8)
Estrutura familiar	Nuclear	76 (61,3)
	Reconstituída	21 (16,9)
	Monoparental	9 (7,3)
	Nuclear estendida	9 (7,3)
	Monoparental estendida	8 (6,5)
	Com outros	1 (0,8)
Idade que a participante teve o primeiro filho	-	26,4 (6,8)
Idade que a participante teve o filho com deficiência	-	39,1 (9,9)
Sexo do filho com deficiência	Feminino	51 (41,4)
	Masculino	73 (58,6)
Idade do filho com deficiência	-	7,6 (5,8)

*Nota.* M = média; DP = desvio padrão; N = número; CCEB = Critério de Classificação Econômica Brasil.

Os familiares participantes relataram diferentes tipos de condições de saúde em seus filhos. Assim, as médias descritivas da EIP foram calculadas em relação ao tipo de deficiência (Tabela 2). Constatou-se que, apesar da diversidade amostral, as crianças receberam relativa-

mente altos índices de cuidados em relação aos três fatores da EIP. Esses índices foram avaliados como relativamente altos, dado que o escore na EIP varia de 1 a 5, com escore médio ao redor de 2,5. No entanto, o escore médio da amostra foi majoritariamente superior a 4,0.

**Tabela 2**

*Estatística descritiva da EIP em relação ao tipo de deficiência*

Diagnóstico e/ou tipo de deficiência	Cuidado			Convívio		Valores/Disciplina	
	N	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Afasia	1	4,64	-	3,31	-	5,00	-
Autismo	21	4,86	0,14	4,01	0,53	4,75	0,44
Alterações Genéticas	6	4,86	0,11	4,20	0,63	4,27	0,33
Deficiência Auditiva	1	3,76	-	2,10	-	4,00	-
Deficiência Intelectual	10	4,88	0,06	4,15	0,46	5,00	0,00
Deficiência Múltipla	5	4,92	0,10	4,20	0,75	4,80	0,44
Epilepsia	4	4,98	0,03	4,37	0,54	4,75	0,50
Microcefalia	6	4,98	0,02	4,27	0,41	4,71	0,48
Mielomeningocele	4	4,94	0,06	4,68	0,04	4,00	0,27
Paralisia Cerebral	33	4,91	0,12	4,11	0,69	4,56	0,61
Síndrome de Down	32	4,89	0,13	4,37	0,49	4,87	0,34
Síndrome de Sotos	1	4,80	-	4,18	-	5,00	-
<b>Total</b>	124	4,89	0,15	4,17	0,60	4,74	0,47

Os resultados descritivos da EIFI, da EIP e do Questionário de Imprevisibilidade Ambiental na Infância são apresentados na Tabela 3, a seguir. Sobre a confiabilidade das escalas utilizadas em relação à amostra deste estudo, os valores do coeficiente alfa de Cronbach e Ômega de McDonald variaram de 0,67 a 0,94. A EIFI apresentou os maiores índices de confiabilidade. A EIP apresentou índices iguais ou superiores a 0,80 para dois fatores: convívio e cuidado. Todavia, o fator valores/disciplina e o Questionário de Imprevisibilidade Ambiental na Infância apresentaram valores mais baixos.

**Tabela 3**

*Estatística descritiva dos instrumentos de avaliação*

Instrumento	N	Média dos escores	DP	Média dos itens	DP	Cronbach's $\alpha$	McDonald's $\omega$
<b>(EIFI)</b>							
Cuidado	124	12,3	7,3	1,65	1,13	0,94	0,93
Alimentação	124	10,7	5,7	2,07	1,36	0,85	0,84
Financeira	124	14,2	6,9	2,17	1,37	0,82	0,83
<b>(EIP)</b>							
Cuidado	124	121	4,8	4,89	0,15	0,80	0,81
Convívio	124	80,4	10,4	4,17	0,6	0,86	0,88

Valores/disciplina	124	71,5	3,4	4,74	0,47	0,67	0,73
Imprevisibilidade Ambiental	124	-	-	0,93	1,19	0,67	0,66

As análises de correlações demonstraram que não houve relações estatisticamente significativas entre os fatores da EIP e as variáveis renda familiar, CCEB, número de filhos, idade em que teve o primeiro filho, idade atual do filho com deficiência e nenhum dos fatores da EIFI. Encontrou-se apenas uma correlação significativa e negativa entre o fator cuidado da EIP e o Questionário de Imprevisibilidade Ambiental na Infância dos pais ( $\rho = -0,22$   $p = 0,03$ ), indicando que quanto maior a imprevisibilidade ambiental na infância dos pais, menor o investimento no fator cuidado nos filhos.

Todos os fatores da EIFI evidenciaram correlações com o Questionário de Imprevisibilidade Ambiental na Infância dos pais: cuidado ( $\rho = 0,39$ ;  $p = 0,001$ ), alimentação ( $\rho = 0,30$ ;  $p = 0,01$ ) e financeira ( $\rho = 0,40$ ;  $p = 0,001$ ). O fator alimentação da EIFI apresentou correlação negativa com o CCEB ( $\rho = -0,26$ ;  $p = 0,01$ ).

Análises de comparações entre grupos foram desenvolvidas a partir das três condições de saúde mais frequentes na amostra: autismo, paralisia cerebral e Síndrome de Down (Tabela 4). Os dados apontam que não foram encontradas diferenças significativas no IP fornecido pelos familiares a crianças com autismo e paralisia cerebral. Todavia, as crianças com Síndrome de Down receberam mais IP em convívio ( $U = 190$ ;  $p = 0,01$ ) quando comparadas às crianças com autismo, e maior investimento em valores/disciplina em comparação às crianças com paralisia cerebral ( $U = 370$ ;  $p = 0,02$ ).

#### Tabela 4

*Comparação entre os escores dos fatores da EIP entre grupos de crianças com Autismo, Síndrome de Down e Paralisia Cerebral*

Grupos	Fatores					
	Convívio					
	N	Média	Mann-Whitney U	Z	Sig.	R
Paralisia Cerebral	32	28,2	377	-1,45	0,14	-0,26
Síndrome de Down	30	34,9				
Paralisia Cerebral	32	28,6	283	-0,95	0,33	-0,17
Autismo	20	24,5				
Síndrome de Down	20	30,1	190	-2,38	0,01*	-0,52
Autismo	21	20,0				
	Cuidado					
	N	Média	Mann-Whitney U	Z	Sig.	R
Paralisia Cerebral	33	34,5	475	-7,10	0,47	-1,22
Síndrome de Down	32	31,3				

Paralisia Cerebral	33	29,2				
Autismo	21	24,8	290	-1,02	0,30	-0,18
Síndrome de Down	32	28,4				
Autismo	21	24,8	291	-8,38	0,40	-1,48
<b>Valores/Disciplina</b>						
	N	Média	Mann-Whitney U	Z	Sig.	R
Paralisia Cerebral	32	28,0				
Síndrome de Down	31	36,0	370	-2,28	0,02*	-0,40
Paralisia Cerebral	32	28,7				
Autismo	20	25,0	275	-1,03	0,30	-0,18
Síndrome de Down	30	30,1				
Autismo	20	20,0	272	-1,09	0,27	-0,20

Nota. \*  $p < 0,05$ ; R (tamanho de efeito)  $> 0,2$  = baixo,  $> 0,5$  = médio,  $> 0,8$  = alto.

As comparações no IP em função do sexo das crianças podem ser observadas na Tabela 5. Diferenças foram encontradas nos fatores Convívio ( $U = 391$ ,  $p = 0,01$ ) e Cuidado ( $U = 400$ ,  $p = 0,01$ ), evidenciando que as meninas receberam significativamente mais investimentos nesses fatores.

### Tabela 5

*Análises de comparação entre os escores dos fatores da EIP em relação ao sexo das crianças*

Fator	Sexo	N	Média	Mann-Whitney U	Z	Sig.	R
Valores/Disciplina	Feminino	51	38,1				
	Masculino	73	33,6	518	-1,09	0,27	-0,13
Convívio	Feminino	51	42,5				
	Masculino	73	30,5	391	-2,42	0,01*	-0,28
Cuidado	Feminino	51	42,2				
	Masculino	73	30,7	400	-2,43	0,01*	-0,28

Nota. \*  $p < 0,05$ ; R (tamanho de efeito)  $> 0,2$  = baixo,  $> 0,5$  = médio,  $> 0,8$  = alto.

## 4 DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo investigar as relações entre a imprevisibilidade familiar e ambiental na infância dos pais e o IP na vida adulta nos filhos com deficiências. O cuidado parental dirigido à determinada prole implica custos para os pais, na medida em que os impede de dirigir o mesmo cuidado a outros filhos, presentes no momento ou que podem vir a existir no futuro (Trivers, 1972). É esperado que a diminuição do IP ocorra em condições nas quais os custos do cuidado superem os benefícios, em condições reconhecidas, portanto pelos indivíduos como adversas às chances de sobrevivência e reprodução da prole. Nessas condições,

a diminuição do investimento pode ser interpretada como uma resposta adaptativa do indivíduo (Tokumaru, Mendonça et al., 2018).

Considerando os pressupostos da psicologia evolucionista e da teoria do IP sobre custos e benefícios para os pais, investir em crianças com deficiências, consideradas de baixo valor reprodutivo e que, em geral, exigem maior gasto energético e custos socioeconômicos adicionais, seria um dilema. Entretanto, os resultados deste estudo não suportam essa explicação, visto que, na presente amostra, as crianças com deficiência estão recebendo altos níveis de IP. Corroborando esses achados, Amparo Sobrinho (2010) observou alto IP em crianças com Síndrome de Down. Para explicar seus resultados, a autora propõe que se considere, além da função adaptativa do IP, também os mecanismos psicológicos que foram selecionados para atingir essas funções adaptativas e que são sensíveis ao ambiente de desenvolvimento (Amparo Sobrinho, 2010).

Atualmente, a deficiência e os processos de funcionalidade e incapacidade humana têm sido encarados de forma mais otimista, como uma condição inerente à vida, visto que quase todas as pessoas terão uma deficiência temporária ou permanente em algum momento de suas vidas, e aqueles que sobreviverem ao envelhecimento enfrentarão dificuldades em relação à funcionalidade de seus corpos (World Health Organization [WHO], 2012). Em virtude do progresso nas políticas públicas, da evolução legislativa e das transformações nos paradigmas políticos e sociais, observa-se uma ampliação da consciência sobre o tema, com potencial impacto na perspectiva acerca da deficiência, na facilitação do acesso à informação e na adoção de estratégias mais abrangentes para o cuidado e a asseguuração de direitos.

Em relação à infância, especificamente nos últimos anos, houve uma disseminação de estratégias de educação para a conscientização sobre o desenvolvimento de crianças atípicas e/ou com deficiências, aprimoramento científico e expansão de critérios para o diagnóstico precoce, buscando melhores estratégias de cuidado, promoção de saúde e inclusão social (WHO, 2019).

Outros fatores congruentes com a perspectiva evolucionista que justificam o alto IP nas crianças deste estudo foram a idade materna e a classe econômica. As mães do presente estudo encontram-se com média de idade de 39 anos; são, assim, mães mais velhas, com predominância de classes alta e média. O estudo de Salmon (2015) relacionou o aumento da idade materna e a maior proximidade da menopausa à impossibilidade de gerar novos descendentes. Com isso, a diminuição das chances de reprodução futura pode aumentar o valor reprodutivo da prole atual e levar ao maior investimento nesta.

Outros estudos desenvolvidos com familiares de crianças com desenvolvimento típico mostram correlação positiva entre fatores econômicos, como baixa renda e menor IP (Tokumaru et al., 2011). Segundo Gomes (2008), devido ao alto custo adicional dos cuidados de uma criança com deficiência, quando comparadas com crianças típicas, o grau de IP pode diminuir levando-se em consideração as condições socioeconômicas da mãe. No nosso estudo, não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre os fatores de IP, renda total e poder de compra. Esses achados são atribuídos ao fato de as participantes serem predominantemente de classes com maior poder aquisitivo.

Trivers (1972) identificou a influência direta dos fatores socioambientais sobre o IP. No entanto, neste estudo, houve apenas uma correlação significativa entre o IP (cuidado) e a

imprevisibilidade ambiental na infância, apresentando efeitos sobre a participação das mães nos cuidados com seus filhos na direção esperada a partir da teoria do IP. Assim, quanto maior a imprevisibilidade ambiental na infância dos pais, menor o IP em cuidado dos filhos. Esses achados corroboram o estudo de Szepsenwol et al. (2015), no qual pais que viveram a imprevisibilidade ambiental até os 4 anos de idade tiveram a tendência de investir menos em seus filhos.

A imprevisibilidade familiar na infância dos pais, avaliada neste estudo (alimentação, financeiro e cuidado), não se correlacionou com o IP. Tal resultado indica que esses aspectos da imprevisibilidade não influenciaram o IP nessa amostra. Um fator a ser considerado é a homogeneidade da amostra, em sua maioria composta por mulheres casadas, pertencentes a famílias nucleares e das classes A e B, que podem ter experimentado baixa imprevisibilidade na infância considerando as dimensões avaliadas pelo instrumento.

Contudo, aspectos da imprevisibilidade familiar avaliados pelo questionário, como eventos estressantes que ocorreram na infância (separação familiar, troca de parceiros, com quem passou a maior parte da infância, períodos de desemprego e convívio com familiares adoecidos), apresentaram maior impacto sobre o investimento dos pais. Foram observadas correlações entre a imprevisibilidade ambiental na infância dos pais avaliada por esses eventos e todos os fatores da EIFI. Além disso, houve correlações negativas entre o fator alimentação da EIFI e o CCEB. Esses achados evidenciam uma congruência com estudos desenvolvidos com familiares de crianças típicas sobre o efeito da imprevisibilidade familiar na infância dos pais e sua influência na tomada de decisões na vida adulta (Howat-Rodrigues et al., 2012).

A amostra foi constituída por famílias de classes econômicas mais elevadas e crianças com deficiência. De acordo com o modelo contingente, o IP é regulado por diversas variáveis em interação complexa, e esses aspectos da amostra podem impactar os resultados obtidos. Como resultado, uma maior disponibilidade de recursos poderia levar a um aumento do investimento em crianças de baixo valor reprodutivo (Beaulieu & Bugental, 2008).

No presente estudo, foram encontradas relações entre o diagnóstico das crianças e o nível de IP. Evidências na literatura sugerem que a severidade da deficiência e aspectos da saúde da criança podem influenciar o IP sobre os filhos (Gomes, 2008; Hahn et al., 2024; Kee, 2023). Apesar de não terem sido utilizados instrumentos de avaliação para mensurar a funcionalidade infantil, partiram-se dos relatos dos cuidadores sobre o diagnóstico, realizando comparações entre três condições de saúde (Autismo, Paralisia Cerebral e Síndrome de Down). Detectou-se que crianças com Síndrome de Down recebem mais IP em convívio do que crianças com Autismo. Uma possível explicação para esse resultado pode se relacionar às alterações comportamentais típicas do Autismo que promovem dificuldade para interagir socialmente (Lee et al., 2019). Tais dificuldades podem influenciar o convívio social com os próprios familiares (Zanatta et al., 2014). Além disso, indícios na literatura sugerem que mães de crianças com Síndrome de Down recebem mais suporte social quando comparadas às mães de crianças com Autismo (Alon, 2019).

O IP em valores e disciplina também foi maior em crianças com Síndrome de Down, quando comparado às crianças com Paralisia Cerebral. Considera-se que características relacionadas aos níveis de comprometimento motor das crianças com Paralisia Cerebral podem gerar nos pais menos exigências em relação à disciplina e maior engajamento na estimulação da criança em atividades que proporcionem melhora no desenvolvimento motor (Dieleman,

Moyson et al., 2018; Dieleman, Soenens et al., 2019). Ademais, esses familiares podem enfrentar mais obstáculos e, conseqüentemente, frustrações, para apoiar a autonomia dos filhos, devido às especificidades da deficiência física imposta pela condição de saúde (Clercq et al., 2022).

Lee et al. (2019) compararam as diferenças nas necessidades de suporte percebido por familiares de adultos com deficiências. Seus resultados evidenciam que os pais de pessoas com Síndrome de Down relatam menos desafios para os cuidados na infância, maior suporte para acesso a serviços formais e menos barreiras para o planejamento do futuro dos filhos, quando comparados aos pais de pessoas com Autismo e Paralisia Cerebral. O estudo ainda sugere que as vantagens citadas em relação à Síndrome de Down podem persistir ao longo da vida adulta (Lee et al., 2019).

Meninas receberam maior IP em convívio e cuidado do que os meninos na amostra deste estudo. A pesquisa de Amparo Sobrinho (2010), com crianças com Síndrome de Down, constatou maior IP em apoio material, quando o gênero da criança era feminino. Segundo a teoria do IP, os genitores tendem a investir mais em proles com maior chance de sucesso reprodutivo (Trivers, 1972). Estimativas recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE], 2022), com base nos dados do último Censo Demográfico divulgado em 2010, apontam uma maior expectativa de vida ao nascer para pessoas do sexo feminino. Infere-se que a expectativa de vida se relaciona à chance de sucesso reprodutivo, ainda que nossa amostra tenha sido composta por pais de crianças com deficiência. Todavia, dados sobre expectativa de vida e vida reprodutiva de pessoas com deficiência ainda são incipientes em âmbito nacional.

## 5 CONCLUSÕES

Ressalta-se que a variação do investimento parental (IP) é possibilitada pela existência de mecanismos psicológicos que foram selecionados ao longo da evolução humana. Esses mecanismos são sensíveis a fatores próximos, como características do ambiente, previsibilidade de recursos, suporte social, valores e crenças de grupos sociais. Assim, entende-se que o desenvolvimento humano é um processo interativo, no qual aspectos biológicos e culturais não podem ser analisados de forma dissociada. Os resultados demonstram a influência desses múltiplos fatores no IP. Foram observados, diferentemente do esperado, altos níveis de IP nos filhos com deficiência. No entanto, esperava-se baixo investimento ao considerar um único fator – o potencial reprodutivo dos filhos. Todavia, considerando que a diminuição do IP em crianças com baixo potencial reprodutivo tenha sido selecionada como forma de poupar recursos escassos, essa expectativa ainda se manteria em um contexto de disponibilidade de recursos?

Os achados evidenciam que, nesse contexto, pode haver alto investimento nessas crianças a despeito do baixo potencial reprodutivo, em congruência com os resultados obtidos por Bugental et al. (2010). Aponta-se que, além da disponibilidade de recursos financeiros, representada pela renda familiar e classificação econômica média e alta, a amostra de participantes apresentou também acesso a serviços especializados, já que foi composta principalmente por pais inseridos nos serviços voltados para a pessoa com deficiência.

Uma limitação potencial deste estudo pode estar relacionada ao processo de recrutamento, uma vez que os pais que procuram atendimentos especializados, como nas APAEs, podem apresentar um nível mais elevado de IP em comparação com pais que não buscam

esse tipo de atendimento especializado. As características da amostra, como renda familiar e classificação econômica, poderiam influenciar os altos níveis de investimento encontrados. Outra observação mencionada está relacionada ao fato de que a amostra é predominantemente composta por mães. A presença paterna poderia trazer outros fatores que influenciam o investimento, além de permitir comparações.

Dessa forma, conclui-se que o IP é modulado por múltiplos fatores que devem ser investigados em conjunto. A compreensão dos fatores que influenciam o IP em crianças com deficiência pode auxiliar profissionais na elaboração de estratégias que incentivem o IP nessas crianças, ampliando as possibilidades de equidade de oportunidades e desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

## REFERÊNCIAS

- Alon, R. (2019). Social support and post-crisis growth among mothers of children with autism spectrum disorder and mothers of children with down syndrome. *Research in developmental disabilities, 90*, 22-30. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2019.04.010>
- Amparo Sobrinho, L. do. (2010). *Maternidade de mulheres com crianças com síndrome de Down* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal da Bahia]. Repositório da UFBA. [https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/liliana\\_sobrinho.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/liliana_sobrinho.pdf)
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2016). *Critério Brasil*. ABEP. <http://www.abep.org/criterio-brasil>
- Beaulieu, D. A., & Bugental, D. B. (2008). Contingent parental investment: an evolutionary framework for understanding early interaction between mothers and children. *Evolution and Human Behavior, 29*(4), 249-255. <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2008.01.002>
- Belsky, J., Steinberg, L., & Draper, P. (1991). Childhood experience, interpersonal development, and reproductive strategy: An evolutionary theory of socialization. *Child Development, 62*(4), 647-670. <https://doi.org/10.2307/1131166>
- Bugental, D. B., & Beaulieu, D. A. (2003). A bio-social cognitive approach to understanding and promoting the outcomes of children with medical and physical disorders. In R. V. Kail (Org.), *Advances in child development and behavior, Volume 31* (1<sup>st</sup> ed., pp. 329-361). Academic Press.
- Bugental, D. B., Beaulieu, D. A., & Silbert-Geiger, A. (2010). Increases in parental investment and child health as a result of an early intervention. *Journal of Experimental Child Psychology, 106*(1), 30-40. <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2009.10.004>
- Clercq, L. E., Prinzie, P., Swerts, C., Ortibus, E., & Pauw, S. S.W. de. (2022). "Tell me about your child, the relationship with your child and your parental experiences": A qualitative study of spontaneous speech samples among parents raising a child with and without Autism Spectrum Disorder, Cerebral Palsy or Down Syndrome. *Journal of Developmental and Physical Disabilities, 34*, 295-329. <https://doi.org/10.1007/s10882-021-09800-1>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. NY Academic.
- Davis, J., & Werre, D. (2008). A longitudinal study of the effects of uncertainty on reproductive behaviors. *Human Nature, 19*(4), 426-452. <https://doi.org/10.1007/s12110-008-9052-2>

- Dieleman, L. M., Moyson, T., De Pauw, S. S., Prinzie, P., & Soenens, B. (2018). Parents' need-related experiences and behaviors when raising a child with autism spectrum disorder. *Journal of Pediatric Nursing, 42*, 26-37. <https://doi.org/10.1016/j.pedn.2018.06.005>
- Dieleman, L. M., Soenens, B., Vansteenkiste, M., Prinzie, P., Laporte, N., & Pauw, S. S. W. de. (2019). Daily sources of autonomy-supportive and controlling parenting in mothers of children with ASD: The role of child behavior and mothers' psychological needs. *Journal of Autism and Developmental Disorders, 49*, 509-526. <https://doi.org/10.1007/s10803-018-3726-3>
- Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A. G., & Buchner, A. (2007). G\* Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior research methods, 39*(2), 175-191. <https://doi.org/10.3758/BF03193146>
- Gomes, A. L. V. (2008). *Fatores de investimento parental em crianças com deficiência neurológica em uma instituição de prevenção e reabilitação da cidade de Salvador, BA* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. [https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/aline\\_lira.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/aline_lira.pdf)
- Hahn, A., Riedelsheimer, J., Royer, Z., Frederick, J., Kee, R., Crimmins, R., Huber, B., Harris, D., & Jantzen, K. (2024). Effects of cleft lip on visual scanning and neural processing of infant faces. *PLoS ONE, 19*(3), 1-20. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0300673>
- Howat-Rodrigues, A. B. C., Andrade, A. L. de, & Tokumaru, R. S. (2012). Construção e validação da Escala de Imprevisibilidade Familiar na Infância (EIFI). *Psicologia: Reflexão e Crítica, 25*(2), 212-220. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200002>
- Howat-Rodrigues, A. B. C., & Tokumaru, R. S. (2014). Escala de Imprevisibilidade Familiar na Infância (EIFI): Evidências de Validade. *Paidéia (Ribeirão Preto), 24*(57), 11-20. <https://doi.org/10.1590/1982-43272457201403>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Tábuas Completas de Mortalidade para o Brasil 2021*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101981.pdf>
- Kee, R. L. (2023). *Does cleft repair surgery restore normal visual and neural responses to infant faces?* [Dissertação de Mestrado, California State Polytechnic University]. Cal Poly Humboldt theses and projects. <https://digitalcommons.humboldt.edu/etd/638>
- Lee, C. E., Burke, M. M., Arnold, C. K., & Owen, A. (2019). Comparing differences in support needs as perceived by parents of adult offspring with down syndrome, autism spectrum disorder and cerebral palsy. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, 32*(1), 194-205. <https://doi.org/10.1111/jar.12521>
- Mann, J. (1992). Nurturance or negligence: Maternal psychology and behavioral preference among preterm twins. In J. H. Barkow, L. Cosmides, & J. Tooby (Orgs.), *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture* (1ª ed., pp. 367-390). Oxford University Press.
- Moura M. L. S., & Ribas, A. F. P. (2009). Evolução e Desenvolvimento humano. In E. Otta, & M. E. Yamamoto (Orgs.), *Psicologia Evolucionista* (1ª ed., pp.78-85). Guanabara Koogan
- Oliveira, L. M. B. (2012). *Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência*. SDH-PR/SNPd.
- Organização Mundial da Saúde. (2003). *CIF: classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde*. OMS. <https://catalogo.inr.pt/documents/11257/0/CIF+2004>
- Prado, A. B., & Vieira, M. L. (2003). Bases biológicas e influências culturais relacionadas ao comportamento parental. *Revista de Ciências Humanas, 34*, 313-334.

- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/@download/file>
- Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/@download/file>
- Ross, L. T., & Hill, E. M. (2000). The family unpredictability scale: Reliability and validity. *Journal of Marriage and Family*, 62(2), 549-562. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00549.x>
- Ross, L. T., & Hill, E. M. (2002). Childhood unpredictability, schemas for unpredictability, and risk taking. *Social Behavior and Personality: an International Journal*, 30(5), 453-473. <https://doi.org/10.2224/sbp.2002.30.5.453>
- Salmon, C. (2015). Parental Investment and parent-offspring conflict. In D. M. Buss (Org.), *Handbook of evolutionary psychology* (2ª ed., pp. 506-523). John Wiley & Sons Inc.
- Silva, C. G. (2015). *Imprevisibilidade ambiental na infância e investimento parental* [Apresentação de artigo]. Jornada de Iniciação Científica da UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Szepeswol, O., Simpson, J. A., Griskevicius, V., & Raby, K. L. (2015). The effect of unpredictable early childhood environments on parenting in adulthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 109(6), 1045-1067. <https://doi.org/10.1037/pspi0000032>
- Szepeswol, O., Simpson, J., Griskevicius, V., Zamir, O., Young, E., Shoshani, A., & Doron, G. (2022). The effects of childhood unpredictability and harshness on emotional control and relationship quality: A life history perspective. *Development and Psychopathology*, 34(2), 607-620. <https://doi.org/10.1017/S0954579421001371>
- Tokumaru, R. S., Defelipe, R. P., & Vieira, M. L. (2018). Investimento Parental Humano. In M. E. Yamamoto, & J. V. Valentova (Orgs.), *Manual de Psicologia Evolucionista* (1ª ed., pp. 386-409). EDUFERN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26065>
- Tokumaru, R. S., Mendonça, J. S. de, & Bussab, V. S. S. (2018). Investimento Parental em Famílias em Situações Adversas. In M. E. Yamamoto, & J. V. Valentova (Orgs.), *Manual de psicologia evolucionista* (1ª ed., pp. 431-447). EDUFERN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26065>
- Tokumaru, R. S., Zortea, T. C., Howat-Rodrigues, A. B. C., & Andrade, A. L. (2011). Diferenças no investimento materno em função de variáveis socioambientais. *Estudos de Psicologia*, 16(1), 49-55. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000100007>
- Trivers, R. L. (1972). Parental investment and sexual selection. In B. Campbell (Org.), *Sexual selection and the descent of man* (1ª ed., pp. 136-179). Routledge.
- World Health Organization. (2012). *Relatório mundial sobre a deficiência*. SEDPCD. [https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf)
- World Health Organization. (2019). *Autism – Key Facts*. WHO. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>
- Zanatta, E. A., Menegazzo, E., Guimarães, A. N., Ferraz, L., & Motta, M. D. G. C. (2014). Cotidiano de famílias que convivem com o autismo infantil. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 28(3), 271-282.

---

Recebido em: 18/09/2023

Reformulado em: 27/04/2024

Aprovado em: 30/04/2024

